

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2013, acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. Devido a algumas normas emitidas pelo CPC e vigentes na data de publicação dessas demonstrações financeiras, ainda não terem sido referendadas pela SUSEP, essas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC.

1. Conjuntura econômica. A crise mundial perdeu força ao longo de 2013 e as políticas de estímulo adotadas pela maioria dos países desenvolvidos possibilitaram a retomada do crescimento, com destaque para a recuperação dos EUA, passando uma menor expansão apresentada pelas economias emergentes. O PIB mundial apresentou crescimento de 2,9% em 2013 criando as bases para um melhor desempenho em 2014. O governo brasileiro manteve a política econômica adotada em 2012, voltada para proteger o País dos efeitos decorrentes da crise econômica internacional. Alguns incentivos fiscais e creditícios foram colocados em prática buscando estimular o consumo e os investimentos. O consumo se manteve como o principal motor do crescimento, à semelhança do observado em anos anteriores. Já os investimentos foram estimulados pelos gastos em infraestrutura e pelas concessões realizadas ao longo do ano. Os distúrbios políticos ocorridos em meados do ano e a alta dos juros internacionais, devido à maior expansão da economia americana, abalaram a confiança das empresas e consumidores, minando o crescimento no 2º semestre de 2013. O PIB em 2013, para o qual era esperado avanço de 3,0%, encerrou o ano com crescimento em torno de 2,5%. A desconexão entre consumo e produção permaneceu em 2013, levando à redução do superávit externo, bem como a crescentes pressões inflacionárias. Visando impedir que a inflação fugisse de controle, o Banco Central iniciou um novo ciclo de aperto monetário em 2013, elevando a taxa SELIC de 7,25% para 10,0% no período. A inflação fechou 2013 em 5,9%, muito próxima da registrada em 2012 (5,8%). Durante o processo de recuperação econômica dos EUA, o Banco Central americano deu sinais de que iniciaria o processo de normalização da política monetária a partir do início de 2014. Isso deu início a um processo de realocação de recursos pelo mundo, que fortaleceu o dólar americano e desvalorizou as cotações das commodities e ativos dos mercados emergentes em geral. O mercado de ações brasileiro, representado pelo índice Ibovespa, recuou 15,5% em 2013. No mesmo período, o Real mostrou depreciação de 14,6%.

2. Principais informações financeiras

Resultado (R\$ milhões)	2013	2012	Var.
Prêmios de seguros.....	27,6	25,8	7,0%
Prêmios ganhos.....	27,7	25,5	8,6%
Receita com emissão de apólices.....	1,6	1,6	1,8%
Sinistros ocorridos.....	(24,2)	(22,4)	(7,8%)
Custos de aquisição.....	(0,4)	(0,4)	(5,9%)
Margem bruta.....	4,8	4,3	10,3%
Resultado antes dos impostos e participações.....	3,0	1,5	102,8%
Lucro líquido.....	1,8	1,2	55,4%

3. Comentário sobre o desempenho. No ano de 2013, a receita de prêmios de seguros atingiu R\$ 27,6 milhões, 7,0% acima da receita obtida no mesmo período do ano anterior. Os sinistros ocorridos somaram R\$ 24,2 milhões, 7,8% maiores que em 2012. Os custos de aquisição somaram R\$ 397 mil e, neste mesmo período, o lucro líquido alcançou R\$ 1,8 milhão, com crescimento de 55,4% em relação a 2012. **4. Distribuição do resultado.** Em 31/12/2013 e 2012, a distribuição do resultado da Companhia é a seguinte:

Descrição	(R\$ milhares)	
	2013	2012
Lucro antes dos impostos e participações	2.953	1.456
(-) Impostos e contribuições.....	(1.150)	(296)
Lucro líquido do exercício	1.803	1.160
(-) Constituição da reserva legal (5%).....	(90)	(58)
Lucro líquido ajustado	1.713	1.102
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado	428	275
Total dos dividendos obrigatórios propostos	428	275
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	1.285	827
Expansão de negócios (71,25% do lucro líquido do exercício).....	1.285	827

5. Investimentos. A Companhia não possui investimentos diretos ou indiretos em sociedades coligadas e controladas. **6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento".** A Companhia não possui ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". **7. Acordo de acionistas.** A Companhia não é parte de nenhum acordo de acionistas. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2014. **A ADMINISTRAÇÃO.**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2012		Passivo	Notas	2012	
		2013	Reclas-sificado			2013	Reclas-sificado
Ativo circulante		42.324	36.991	Passivo circulante		30.959	25.992
Disponível.....		239	171	Contas a pagar.....		481	418
Caixa e bancos.....		239	171	Obrigações a pagar.....	8	460	279
Aplicações.....	5	36.147	35.237	Impostos e encargos sociais a recolher.....		3	9
Outros créditos operacionais.....	6	2.855	694	Impostos e contribuições.....	9	10	64
Títulos e créditos a receber.....		3.653	889	Outras contas a pagar.....		8	66
Títulos e créditos a receber.....		1.312	-	Débitos de operações com seguros e resseguros		1.962	303
Créditos tributários e previdenciários.....	7	9	266	Outros débitos operacionais.....	10	1.962	303
Outros créditos.....	13	2.332	623	Provisões técnicas - Seguros	11	28.516	25.271
Ativo não circulante		12.314	11.824	Danos		28.516	25.271
Realizável a longo prazo.....		12.198	11.718	Passivo não circulante		7.497	8.015
Aplicações.....	5	16	16	Contas a pagar.....		7.051	7.584
Títulos e créditos a receber.....		12.182	11.702	Obrigações a pagar.....	8	6.238	6.951
Créditos tributários e previdenciários.....	7	2.572	2.543	Tributos diferidos.....	7.2	813	633
Depósitos judiciais e fiscais.....	14	9.545	9.096	Outros débitos		446	431
Outros créditos operacionais.....		65	63	Provisões judiciais.....	14.1	446	431
Investimentos.....		16	16	Patrimônio Líquido	15	16.182	14.808
Imóveis destinados a renda.....		16	16	Capital social.....	15.1	9.866	9.866
Imobilizado.....		62	56	Reservas de lucros.....		6.318	4.943
Bens móveis.....		46	46	Ajustes de avaliação patrimonial.....		(2)	(1)
Outras imobilizações.....		16	10	Total do passivo		54.638	48.815
Intangível.....		38	34				
Outros intangíveis.....		38	34				
Total do ativo		54.638	48.815				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

Descrição	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Dividendo adicional proposto	Total das reservas de lucros	Ajustes de títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
								Total
Saldos em 01/01/2012	9.866	271	3.787	27	4.085	-	-	13.951
Dividendo proposto pago.....	-	-	-	(27)	(27)	-	-	(27)
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.160	1.160
Proposta para distribuição do resultado:								
Reserva legal.....	-	58	-	-	58	-	(58)	-
Reserva estatutária.....	-	-	827	-	827	-	(827)	-
Dividendos propostos - R\$1,19 por ação ON e R\$1,31 por ação PN.....	-	-	-	-	-	-	(275)	(275)
Saldos em 31/12/2012	9.866	329	4.614	-	4.943	(1)	-	14.808
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.803	1.803
Proposta para distribuição do resultado:								
Reserva legal.....	-	90	-	-	90	-	(90)	-
Reserva estatutária.....	-	-	1.285	-	1.285	-	(1.285)	-
Dividendos propostos - R\$1,7618 por ação ON e R\$1,9380 por ação PN.....	-	-	-	-	-	-	(428)	(428)
Saldos em 31/12/2013	9.866	419	5.899	-	6.318	(2)	-	16.182

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, autorizada a operar na região 6 (Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais) pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) com seguros de danos, podendo participar em outras sociedades, e que tem como acionistas, a Sul América Companhia Nacional de Seguros, denominada "SALIC", que detêm a participação de 52,69% e a Saepar Serviços e Participações S.A., denominada "NOVA SAEPAR", com 47,31% de participação. A Companhia opera somente com a carteira do convênio de seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT), cuja quota de participação na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., denominada "Seguradora Líder", a responsável pela administração dos Consórcios do Seguro DPVAT, é de 0,69% em 31/12/2013 (0,72% em 2012). Nessas demonstrações financeiras, o conjunto de empresas formado pela Sul América S.A., denominada "SASA" e suas controladas, o qual a Companhia faz parte (controlada indireta da SASA), é tratado pelo termo "SulAmérica". A SASA tem como controladora a Sulasapar Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,88% das ações ordinárias, 0,01% das ações preferenciais e 25,67% de participação total. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras.** As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. Devido a algumas normas emitidas pelo CPC e vigentes na data de publicação dessas demonstrações financeiras, ainda não terem sido referendadas pela SUSEP, essas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras. Em 01/03/2013, a SUSEP publicou a Circular SUSEP nº 464 em substituição à Circular SUSEP nº 430/2012 estabelecendo novo modelo de publicação das demonstrações financeiras a partir do exercício de 2013. A Administração da Companhia julgou que este normativo não produziu efeitos no balanço patrimonial comparativo em 31/12/2012 e na demonstração de resultado para o exercício de 2012. A Diretoria autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 25/02/2014. **2.2. Base de mensuração.** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (nota 5); e • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 5). **2.3. Moeda funcional e de apresentação.** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis.** As práticas contábeis descritas a seguir tem sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Operações do seguro DPVAT.** Os saldos dos ativos e passivos correspondentes ao percentual de participação nas operações do convênio DPVAT, são registrados contabilmente com base no Mapa DPVAT elaborado e encaminhado, mensalmente, pela Seguradora Líder e estão representados por: • **Aplicações:** classificadas no circulante e contemplam os títulos vinculados para a garantia das provisões técnicas; • **Outros créditos operacionais:** classificados no circulante e representados pelos prêmios a receber; • **Depósitos judiciais:** classificados no não circulante e representam os valores depositados para a garantia das ações judiciais; • **Imobilizado:** contempla os equipamentos, móveis, máquinas, utensílios e benfeitorias em imóveis de terceiros; • **Intangível:** representa os gastos com desenvolvimento de software; • **Outros débitos operacionais:** contas a pagar; • **Provisões técnicas – Seguros:** a provisão de sinistros a liquidar (PSL) e

provisão para sinistros ocorridos mas não avisados – Incurred But Not Reported (IBNR) representam os valores estimados dos pagamentos prováveis, líquidos de recuperação dos valores a recuperar das seguradoras consorciadas, dos sinistros avisados administrativa e judicialmente; e • **Provisões técnicas – Seguros (outras provisões):** Representada pela provisão de despesas administrativas (PDA). **3.2. Apuração do resultado.** O resultado, incluindo o seguro DPVAT, é apurado pelo regime contábil de competência. **3.3. Balanço patrimonial.** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os saldos de créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.4. Instrumentos financeiros.** Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: **3.4.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado.** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. **3.4.2. Disponíveis para a venda.** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "mantidos até o vencimento" são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou quando há impairment, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.4.3. Mantidos até o vencimento.** Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. **3.4.4. Empréstimos e recebíveis.** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelos prêmios a receber e demais contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.5. Depósitos judiciais e fiscais.** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esses ativos são reconhecidos no resultado. **3.6. Redução ao valor recuperável:** A Companhia avalia mensalmente o valor recuperável dos seus instrumentos financeiros e outros ativos, quando aplicável, conforme legislação em vigor. A redução ao valor recuperável, quando existente, é apurada conforme metodologia interna aplicada, que segue as normas emitidas pelo CPC e SUSEP e monitorada até a recuperação do valor ou a extinção do ativo. Quando os ativos financeiros, incluindo recebíveis, tem redução ao valor recuperável por perdas de crédito, esse valor é registrado em uma conta separada, sem reduzir diretamente o valor contábil do ativo. **3.7. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido.** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos, são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento do imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 3 anos. **3.8. Provisões para ações judiciais.** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal,

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Notas	2013	2012
Prêmios emitidos	-	27.632	25.813
Variações das provisões técnicas de prêmios	-	70	(293)
Prêmios ganhos	16.1	27.702	25.520
Receita com emissão de apólices	-	1.641	1.612
Sinistros ocorridos	16.2	(24.182)	(22.438)
Custos de aquisição	16.3	(397)	(375)
Outras receitas e despesas operacionais	16.4	(1.734)	(838)
Despesas administrativas	16.5	(1.478)	(2.051)
Despesas com tributos	-	501	(1.048)
Resultado financeiro	16.6	884	1.057
Resultado patrimonial	-	16	17
Resultado antes dos impostos e participações	-	2.953	1.456
Imposto de renda.....	17	(703)	(360)
Contribuição social.....	17	(447)	64
Lucro líquido	-	1.803	1.160
Quantidade de ações	-	231.624	231.624
Lucro líquido por lote de ações - R\$	-	7,78	5,01

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	1.803	1.160
Ganhos não realizados com ativos financeiros disponíveis para venda.....	(2)	(1)
Imposto de renda e contribuição social relacionados aos componentes dos outros resultados abrangentes.....	1	-
Outros componentes do resultado abrangente	(1)	(1)
Resultado abrangente do exercício	1.802	1.159

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	2013	2012
Atividades operacionais		
Recebimentos de prêmios de seguro.....	26.732	25.898
Recuperações de sinistros e comissões.....	6	2.341
Outros recebimentos operacionais (ressarcimentos e outros).....	4.036	4.702
Pagamentos de sinistros e comissões.....	(26.324)	(27.414)
Repasses de prêmios por cessão de riscos.....	(293)	(159)
Pagamentos de despesas com operações de seguros.....	(87)	(652)
Pagamentos de despesas e obrigações.....	(1.743)	(2.361)
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais.....	(2)	(50)
Outros pagamentos operacionais.....	(67)	(99)
Constituição de depósitos judiciais.....	(3.176)	(482)
Caixa gerado (consumido) pelas operações	(918)	1.724
Impostos e contribuições pagos.....	(1.740)	(1.680)
Investimentos financeiros:		
Aplicações.....	(7.771)	(10.447)
Vendas e resgates.....	10.398	10.239
Rendimento.....	374	825
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	343	661
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos.....	(275)	(577)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(275)	(577)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	68	84
Caixa no início do exercício	171	87
Caixa no final do exercício	239	171

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Obrigações a pagar", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.9. Dividendos.** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Diretoria é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.10. Contratos de seguro.** O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um "contrato de seguro". A Administração procedeu à análise de seus negócios para determinar que suas operações caracterizam-se como "contrato de seguro". Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC. **3.11. Estimativas.** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o CPC requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais ativos sujeitos a avaliação pelo valor justo. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura sur

obrigatória é a partir dos exercícios iniciados após 01/01/2014. A SulAmérica não tem intenção em adotar qualquer uma dessas normas antecipadamente. As novas normas que podem ter algum impacto para a SulAmérica estão apresentadas a seguir: **Aplicáveis em ou a partir de 01 de janeiro de 2014:** • **IAS 36 – Redução no valor recuperável de ativo (Impairment of assets) (alteração):** Introduz alterações e clarificações sobre as divulgações requeridas por esse pronunciamento. • **IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração (Financial Instruments: Recognition and measurement) (alteração):** Clarifica que não há necessidade de descontinuar o hedge accounting no caso de novação do contrato de derivativo vinculado ao hedge desde que sejam atingidas certas condições. • **IAS 32 – Instrumentos financeiros: Apresentação (Financial Instruments: Presentation) (alteração):** Clarifica as condições para apresentação de um ou mais instrumentos financeiros pelo líquido de suas posições. • **IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas (Consolidated financial statements), IFRS12 – Divulgações de participações em outras entidades (Disclosure of interests in other entities) e IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Consolidated and separate financial statements) (alteração):** Introduz alterações nas regras de consolidação, divulgação e apresentação de demonstrações separadas para as empresas de investimento. • **IFRIC 21 – Taxas governamentais (Levies) (nova interpretação):** Introduz guia de quando reconhecer uma taxa imposta por ente governamental. **Aplicáveis em ou a partir de 01 de janeiro de 2015:** O IASB suprimiu a data de início de vigência da norma IFRS 9, prevista para 01/01/2015, e ainda não anunciou a nova data. Apenas, informou que não será antes de 01/01/2017. • **IFRS 9 (novo pronunciamento):** Introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. • **IFRS 9 e 7 (alterações):** Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 sobre data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição. A Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos dessas novas normas ou alteração em suas demonstrações financeiras. **(b) Receita Federal do Brasil (RFB).** Em 11/11/2013 foi publicada a Medida Provisória 627 que traz alterações na legislação tributária federal e tem por objetivo harmonizar as regras que regem os tributos federais com os novos critérios e procedimentos contábeis implantados pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009 (normas contábeis internacionais – IFRS). Consequentemente o Regime Tributário de Transição (RTT) será extinto. A norma entra em vigor a partir de 01/01/2015 com a opção de adoção antecipada já a partir de 01/01/2014. A Companhia avaliou a norma e seus impactos em todas as empresas que fazem parte do conjunto de empresas que formam a SulAmérica e concluiu que não há efeitos relevantes e que irá adotar a norma a partir de 01/01/2015 (inclusive) e não antecipadamente. **4. Gerenciamento de riscos:** Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia são os riscos de crédito, de mercado e de liquidez. A administração desses riscos envolve diferentes áreas da Companhia, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela sua Administração. Essas políticas e estratégias são reavaliadas frequentemente pelos Comitês Internos. A Companhia possui controles internos que se destinam a garantir que estas políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela Administração da Companhia. **4.1. Concentração**

das operações. A Companhia trabalha somente com a Seguradora Líder porque opera somente em DPVAT e apenas essa seguradora está habilitada a administrar esse seguro no Brasil, onde cada uma das seguradoras possui um percentual de participação na operação (vide nota 1). A atuação da Companhia em DPVAT, através da Seguradora Líder, está concentrada nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, conforme nota 1. **4.2. Risco de crédito.** O risco de crédito advém da possibilidade da Companhia não receber os valores decorrentes dos bilhetes vendidos pela Seguradora Líder e dos créditos detidos juntos as instituições financeiras decorrentes das aplicações financeiras. Com relação ao risco de recebimento dos bilhetes a receber, a Administração da Companhia avalia que não há risco relevante de crédito. No tocante à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos através de um Comitê de Crédito. Resumidamente, os critérios para exposição de crédito adotados pela Companhia, são os seguintes: a) Títulos públicos federais: até 100%; b) Títulos públicos estaduais e municipais: 0%; c) Empresas não financeiras (títulos corporativos): é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos. Como decorrência dessa análise, é elaborado um "Score" (categoria de risco interno). Com base no "Score" obtido, é estabelecido um limite de crédito. Esse limite será utilizado para limitar a exposição máxima a títulos de emissão de uma determinada empresa não financeira. d) Instituições financeiras: é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos. Como decorrência dessa análise, é elaborado um "Score". Com base no "Score" obtido, é estabelecido um limite de crédito e de prazos máximos de risco para compra de papéis emitidos por instituições financeiras. Os limites de exposição a risco são monitorados regularmente pela área de Análise Quantitativa e de Risco sendo avaliados de forma consolidada. **4.3. Risco de mercado.** O risco de mercado é o risco de que o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se altere, em virtude da volatilidade das variáveis existentes no mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, ações, commodities, etc.), causada por fatores adversos. • **Risco de taxa de juros.** O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Companhia estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente da carteira de investimentos. A Companhia busca reduzir os impactos das alterações nas taxas de juros através da elaboração de Mandatos de Investimentos estabelecidos, considerando diversos aspectos, tais como: perfil de negócio, estudos atuariais, comportamento dos passivos e aspectos de liquidez. Adicionalmente, são estabelecidos de forma consolidada limites máximos de Value at Risk (VaR), e é realizada a análise de cenários alternativos conhecidos como "stress testing". Os instrumentos financeiros derivativos podem ser utilizados como forma de reduzir os impactos oriundos da alteração nas taxas de juros. **4.4. Risco de liquidez.** A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Companhia, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Companhia elabora análises de fluxo de caixa projetado diariamente e revisa as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas (vide nota 11.2 – Garantia das provisões técnicas). A seguir, tabela com os instrumentos financeiros por idade de vencimento:

6. Outros créditos operacionais: O montante é referente a contas a receber do consórcio DPVAT, conforme informe da Seguradora Líder, que em 31/12/2013 é de R\$2.285 (R\$694 em 2012).

7. Créditos tributários e previdenciários

Descrição	2013	2012
Impostos a compensar/ recuperar (nota 7.1)	146	395
Créditos tributários (nota 7.2)	2.435	2.414
Total	2.581	2.809
Circulante	9	266
Não circulante	2.572	2.543

7.1. Impostos a compensar / recuperar

Descrição	Saldo em 01/01/2012	Adição	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2012
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	187	152	2 (190)	151
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSL	1	127	– (28)	100
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	113	–	27 (11)	129
INSS	–	–	–	–
Outros	17	–	– (2)	15
Total	318	279	29 (231)	395
Circulante	–	–	–	266
Não circulante	–	–	–	129

Descrição	Saldo em 31/12/2012	Adição	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2013
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	151	533	7 (690)	1
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSL	100	295	3 (390)	8
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	129	2	6 –	137
Outros	15	–	– (15)	–
Total	395	830	16 (1.095)	146
Circulante	–	–	–	9
Não circulante	–	–	–	137

7.2. Movimentação dos créditos e débitos tributários

Descrição	Saldo em 01/01/2012	Const. tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2012
Provisão para perda em investimentos	36	–	–	36
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais (a)	1.229	403	(413)	1.219
Outros	26	–	(26)	–
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.291	403	(439)	1.255
PIS e COFINS sobre IBNR	1.057	102	–	1.159
Total dos créditos tributários	2.348	505	(439)	2.414
Atualizações de depósitos judiciais	(409)	(224)	–	(633)
Total dos débitos tributários	(409)	(224)	–	(633)
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	1.939	281	(439)	1.781

Descrição	Saldo em 31/12/2012	Const. tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2013
Provisão para perda em investimentos	36	–	–	36
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais (a)	1.219	169	(312)	1.076
Perda com ajuste a valor de mercado	–	2	–	2
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.255	171	(312)	1.114
PIS e COFINS sobre IBNR	1.159	255	(93)	1.321
Total dos créditos tributários	2.414	426	(405)	2.435
Atualizações de depósitos judiciais	(633)	(180)	–	(813)
Total dos débitos tributários	(633)	(180)	–	(813)
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	1.781	246	(405)	1.622

(a) As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais, dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias. A Companhia possui créditos de IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias que não foram registrados contabilmente, cujas bases de cálculo somam em 31/12/2013 e 2012 R\$601 e totalizam créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$125. Estes créditos não vêm sendo reconhecidos em virtude de não haver expectativas de realização destes valores dentro do prazo previsto pelos órgãos reguladores em 31/12/2013.

8. Obrigações a pagar

Descrição	2013	2012
Obrigações fiscais (Nota 14)	6.238	6.951
Dividendos a pagar	428	275
Demais	32	4
Total	6.698	7.230
Circulante	460	279
Não circulante	6.238	6.951

9. Impostos e contribuições

Descrição	2013	2012
Imposto de renda	10	20
Contribuição social	–	44
Total	10	64
Circulante	10	64

10. Outros débitos operacionais: Os valores referem-se a contas a pagar, referente ao consórcio DPVAT, conforme informe da Seguradora Líder, que em 31/12/2013 é de R\$1.962 (R\$ 303 em 2012). **11. Provisões técnicas de seguros:** 11.1. **Movimentação das provisões técnicas de seguros:** (a) Danos:

Saldo em 01/12/2012	Provisão de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Total
22.348	624	22.972
24.932	1.960	26.892
24.932	–	24.932
25.271	–	25.271
25.271	–	25.271

Saldo em 31/12/2012	Provisão de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Total
24.932	1.470	26.402
28.389	1.987	30.376
28.389	–	28.389
28.516	–	28.516
28.516	–	28.516

Em 31/12/2013, a posição de ações pendentes de pagamentos relacionadas ao DPVAT era de R\$13.156 (R\$11.318 em 2012), tendo valor de abertura de R\$ 27.634 (R\$25.627 em 31/12/2012), para a quantidade de 2.132 (2.036 em 2012). **11.2. Garantia das provisões técnicas:** As provisões técnicas possuem as seguintes coberturas:

Descrição	2013	2012
Provisões técnicas de seguros	28.516	25.271
Total das provisões técnicas	28.516	25.271
Montante a ser garantido	28.516	25.271

Ativos dados em garantia: Quotas de fundos de investimentos não exclusivos 28.528 25.279 **Total de ativos** 28.528 25.279 **Ativos vinculados em excesso** 12 8

12. Partes relacionadas - Transações: Os principais saldos de ativos e passivos relativos a operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do ano, são relativos a operações de transações da Companhia com as empresas sob administração comum e profissionais-chaves da Administração.

Descrição	Ativo		Passivo		Despesa	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Saepar Serviços e Participações S.A. (a)	–	–	203	130	–	–
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (b)	–	–	1	2	(19)	(21)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (f)	66	62	–	–	–	–
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (d) (e)	–	5	356	145	–	(60)
Gouveia Vieira Advocacia (c)	–	–	–	–	(2)	(1)
Total	66	67	560	277	(21)	(82)

14. Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais

Descrição	2013	2012
Fiscais:		
COFINS	1.638	1.565
PIS	3.729	3.448
Contribuição Social	2.504	2.479
Imposto de renda	1.060	1.005
Outros	168	168
Subtotal	9.099	8.665
Previdenciárias:		
INSS	446	431
Total	9.545	9.096
Não circulante	9.545	9.096

Descrição	Até 02 anos ou sem vencimento	Mais de 02 anos e até 05 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	2013 Valor contábil
Instrumentos financeiros						
Aplicações financeiras	35.108	1.045	36.153	36.147	(6)	36.147
Valor justo por meio do resultado	28.947	–	28.947	28.947	–	28.947
Disponível para venda	6.161	1.045	7.206	7.200	(6)	7.200

Descrição	Até 02 anos ou sem vencimento	Mais de 02 anos e até 05 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	2012 Valor contábil
Instrumentos financeiros						
Aplicações financeiras	31.309	3.935	35.244	35.237	(7)	35.237
Valor justo por meio do resultado	27.604	–	27.604	27.604	–	27.604
Disponível para venda	3.705	3.935	7.640	7.633	(7)	7.633

4.5. Capital requerido. Durante o ano de 2013, a Companhia apresentou patrimônio líquido ajustado superior ao capital mínimo requerido exigido pelo regulador.

Descrição	2013
Patrimônio líquido contábil	16.182
Deduções:	
Ativos intangíveis	(38)
Patrimônio líquido ajustado – PLA (a)	16.144
Margem de solvência	
0,20 Prêmios retidos – Média anual dos 12 últimos meses	5.526
0,33 Sinistros retidos – Média anual dos 36 últimos meses	7.574
Máximo entre prêmios e sinistros	7.574
Capital base	4.000
Capital adicional de risco de subscrição (b)	–
Capital adicional de risco operacional (c)	186
Capital adicional de risco de crédito (d)	1.481
Capital requerido (e)	4.000
Capital mínimo requerido – CMR	4.000
Maior entre CMR e margem de solvência (f)	7.574
Suficiência de capital – R\$ (g) = (a) – (f)	8.570
Suficiência de capital – % (h) = (g) / (a)	53,08%

5. Aplicações: 5.1. Composição das aplicações.

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil		
Títulos de renda fixa – Públicos	–	–	7.200	7.200		7.200
Letras financeiras do tesouro	–	–	7.200	7.200	SELIC	7.200
Títulos de renda variável	–	–	6	–		6
Ações	–	–	6	6		6
Impairment	–	–	–	(6)		(6)
Quotas de fundos de investimentos	28.947	28.947	–	–		28.947
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	28.947	28.947	–	–		28.947
Subtotal	28.947	28.947	7.206	7.200		36.147
Percentual de participação nas aplicações financeiras		80%		20%		100%
Outras aplicações						16
Total						36.163
Circulante						36.147
Não circulante						16

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil		
Títulos de renda fixa – Públicos	–	–	7.634	7.633		7.633
Letras financeiras do tesouro	–	–	7.634	7.633	SELIC	7.633
Títulos de renda variável	–	–	6	–		6
Ações	–	–	6	6		6
Impairment	–	–	–	(6)		(6)
Quotas de fundos de investimentos	27.604	27.604	–	–		27.604
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	27.604	27.604	–	–		27.604
Subtotal	27.604	27.604	7.640	7.633		35.237
Percentual de participação nas aplicações financeiras		78%		22%		100%
Outras aplicações						16
Total						

14.1. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais

	Saldos em 01/01/2012		Atualização monetária	Pagamentos / Baixas		Saldos em 31/12/2012
	Adições					
Cíveis:						
Cíveis.....	1.047	-	50	(1.097)	-	
Tributárias: (a)						
PIS.....	1.801	470	68	(9)	2.330	
COFINS.....	993	-	57	-	1.050	
CSLL.....	2.498	49	167	(286)	2.428	
Imposto de renda.....	983	17	37	-	1.037	
Outros.....	17	-	-	(17)	-	
Honorários.....	37	8	61	-	106	
Subtotal	6.329	544	390	(312)	6.951	
Previdenciárias:						
INSS.....	413	-	18	-	431	
Total	7.789	544	458	(1.409)	7.382	
Não circulante					7.382	

	Saldos em 31/12/2012		Atualização monetária	Pagamentos / Baixas		Saldos em 31/12/2013
	Adições					
Tributárias: (a)						
PIS.....	2.330	-	117	(1.015)	1.432	
COFINS.....	1.050	-	52	-	1.102	
CSLL.....	2.428	154	153	(289)	2.446	
Imposto de renda.....	1.037	30	36	-	1.103	
Honorários.....	106	40	9	-	155	
Subtotal	6.951	224	367	(1.304)	6.238	
Previdenciárias:						
INSS.....	431	-	15	-	446	
Total	7.382	224	382	(1.304)	6.684	
Não circulante					6.684	

(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2013 são de R\$6.238 (R\$6.951 em 2012), registradas no passivo não circulante, na rubrica "Obrigações a pagar" (nota 8). **14.2. Obrigações fiscais: (a) COFINS:** A Companhia questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº10.684 de 30/05/2003) incidente sobre as receitas geradas nas atividades de seguro e outras receitas. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda sobre a majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e remota sobre outras receitas. Os valores questionados encontram-se provisionados de acordo com a expectativa de perda/desembolso da Administração. **(b) PIS:** A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição do PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta, estabelecida pelas Emendas Constitucionais nºs. 01/1994, 10/1996 e 17/1997, depositadas judicialmente. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a perda da demanda referente ao PIS devido com base na receita das atividades de seguros e remota a perda da demanda referente à ampliação da base de cálculo (outras receitas). Em 24/05/2013 foi publicada uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) assegurando à Companhia o direito de calcular e pagar o PIS, no período de janeiro de 1996 a junho de 1997, de acordo com a Lei Complementar n.º 7/1970, sem observar as regras da EC 10/1996 e das Medidas Provisórias que a regulamentaram, que já transitaram em julgado. Desta forma, realizamos a baixa do valor de R\$1.015 e iniciamos os procedimentos necessários para levantamento dos depósitos judiciais. **(c) IRPJ:** A partir de 01/01/1997, a despesa de contribuição social tornou-se ineditável na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia impetrou mandado de segurança, obtendo liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Em maio do corrente ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou constitucional o dispositivo legal que obteve a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ, negando provimento ao Recurso Extraordinário interposto pela Companhia. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados na sua totalidade. **(d) CSLL:** De janeiro de 1997 a dezembro de 1998, a Companhia ficou sujeita a recolher a contribuição social (CSLL) à alíquota de 18% sobre o lucro tributável, alíquota aplicável às instituições financeiras, ofendendo o princípio da isonomia. As controladas da atividade de seguros obtiveram liminar para recolher a contribuição social à alíquota de 8%, depositando judicialmente a diferença de alíquota para os 18% cobrados, estando o passivo provisionado na sua totalidade. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a expectativa de perda da demanda. Com a publicação da sentença nos autos do Mandado de Segurança nº 97.0003760-6, que negou o pedido da Cia Saúde de calcular a CSLL com base na alíquota prevista no caput do artigo 19 da Lei nº 9.249/95, deixando de atender ao disposto no artigo 2º da Lei nº 9.316/96, a provisão registrada no montante de R\$ 289 foi baixada. Adicionalmente, com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração da alíquota da contribuição social a partir de maio de 2008, de 9% para 15%. Nesse sentido, ela passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda da demanda. Transitou em julgado a decisão do Mandado de Segurança nº 96.0006174-2, que também assegurou o direito da Impetrante (GERLING, cuja

denominação atual é SASG) de não se sujeitar às disposições da EC nº 10/1996 no período de 01/01/1996 a 06/07/1996. Assim, as impetrantes iniciaram os procedimentos de levantamento das parcelas dos valores depositados que lhes pertencem de acordo com a decisão definitiva do processo. **14.3. Contingências:** Em 31/12/2013, o valor total em discussão dos processos judiciais fiscais cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" pelos advogados que patrocinam as causas é de R\$3.638 (R\$5.066 em 2012). Na avaliação da Administração sobre a provável saída de recursos nesses processos, o montante provisionado de R\$2.385 (R\$3.071 em 2012) refere-se principalmente a obrigações fiscais. **15. Patrimônio líquido: 15.1. Capital social.** O capital social da Companhia em 31/12/2013 e 2012 é de R\$9.866, representado por 115.812 ações ordinárias e 115.812 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas. **15.2. Reserva legal.** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. **15.3. Reserva estatutária.** Constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social destinada à expansão de negócios sociais, após as destinações para Reserva Legal e Dividendos, não podendo exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. **15.4. Política de distribuição de dividendos.** Dividendos obrigatórios: O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor. **15.5. Distribuição do resultado:** Em 31/12/2013 e 2012, a distribuição do resultado da Companhia é a seguinte:

Descrição	2013	2012
Lucro antes dos impostos e participações	2.953	1.456
(-) Impostos e contribuições.....	(1.150)	(296)
Lucro líquido do exercício	1.803	1.160
(-) Constituição da reserva legal (5%).....	(90)	(58)
Lucro líquido ajustado	1.713	1.102
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado	428	275
Total dos dividendos obrigatórios propostos	428	275
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	1.285	827
Expansão de negócios (71,25% do lucro líquido do exercício).....	1.285	827

16. Detalhamento das contas do resultado: 16.1. Ramos de atuação:

	2013			2012		
	Prêmios ganhos	Sinistra-lidade	Comissio-namento	Prêmios ganhos	Sinistra-lidade	Comissio-namento
DPVAT.....	27.702	87,3%	1,4%	25.520	87,9%	1,5%

16.2. Sinistros ocorridos:

Descrição	2013	2012
Sinistros.....	(22.195)	(20.478)
Variação de sinistros ocorridos mas não avisados.....	(1.987)	(1.960)
Total	(24.182)	(22.438)

16.3. Custos de aquisição:

Descrição	2013	2012
Comissões:		
Sobre prêmios diretos.....	(397)	(375)
Total	(397)	(375)

16.4. Outras receitas e despesas operacionais:

Descrição	2013	2012
Despesas com operações de seguros.....	(569)	(7)
Despesas com cobrança de seguros.....	(1.593)	(1.461)
Receitas operacionais consórcio DPVAT.....	136	90
Outras receitas operacionais de seguros.....	292	540
Total	(1.734)	(838)

16.5. Despesas administrativas:

Descrição	2013	2012
Serviços de terceiros.....	(222)	(256)
Localização e funcionamento.....	(30)	(112)
Despesas administrativas do convênio DPVAT.....	(1.161)	(1.455)
Despesa com publicações.....	(96)	(93)
Outras.....	31	(135)
Total	(1.478)	(2.051)

16.6. Resultado financeiro: 16.6.1. Resultado financeiro por categoria:

Descrição	2013	2012
Títulos e valores mobiliários	2.729	2.964
Valor justo por meio do resultado.....	2.126	2.254
Disponível para venda.....	603	710
Operações de seguros	(2.031)	(2.165)

Juros e atualização monetária sobre depósitos judiciais, provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais.....

	101	141
Outros	85	117
Total	884	1.057

16.6.2. Receitas financeiras:

Descrição	2013	2012
Valorização de quotas de fundos de investimentos.....	2.293	2.353
Títulos de renda fixa - Públicos.....	603	710
Consórcio DPVAT.....	90	76
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais.....	474	610
Outras.....	80	169
Total	3.540	3.918

16.6.3. Despesas financeiras:

Descrição	2013	2012
Operações de seguros.....	(2.031)	(2.165)
Desvalorização de quotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados.....	(166)	(99)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais.....	(373)	(469)
Outras.....	(86)	(128)
Total	(2.656)	(2.861)

17. Reconciliação de imposto de renda e de contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social de 31/12/2013 e 2012, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultados, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2013		2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	2.953	2.953	1.456	1.456
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais.....	(738)	(443)	(364)	(218)
Correntes:				
Adições:				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais.....	-	(5)	-	-
Despesas não dedutíveis.....	(6)	(4)	(24)	(3)
	(6)	(9)	(24)	(3)
Exclusões:				
Reversão da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais.....	149	-	10	6
Atualização de depósitos judiciais.....	112	68	140	84
Outras exclusões.....	24	-	37	7
	285	68	187	97
Redução de incentivos fiscais	17	-	4	-
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	(442)	(384)	(197)	(124)
Diferidos:				
Constituição (reversão) - Crédito tributário sobre diferenças temporárias.....	(149)	5	(23)	(14)
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais.....	(112)	(68)	(140)	(84)
Constituição de crédito tributário de ações judiciais.....	-	-	-	286
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido	(261)	(63)	(163)	188
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(703)	(447)	(360)	64
Alíquota efetiva	24%	15%	25%	-4%
Alíquota efetiva combinada		39%		21%

18. Conciliação entre lucro líquido e caixa líquido gerado nas atividades operacionais:

Descrição	2013	2012
Lucro líquido do exercício	1.803	1.160
Mais:		
Depreciações e amortizações.....		1
Juros e variações monetárias de provisões judiciais e obrigações fiscais.....		382
Menos:		
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais e fiscais.....	(451)	(559)
Juros e variações monetárias de créditos a compensar.....	(16)	(2)
Atividades operacionais		
Variação de aplicações.....	(910)	(3.043)
Variação de outros créditos operacionais.....	(1.591)	678
Variação de títulos e créditos a receber.....	(2.777)	524
Variação de despesas antecipadas.....	-	8
Variação de contas a pagar.....	(1.001)	676
Variação de débitos de operações com seguros e resseguros.....	1.659	(658)
Variação de provisões técnicas - Seguros.....	3.245	2.861
Variação de outros débitos.....	-	(1.382)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	344	661

Diretoria:
Presidente: Gabriel Portella Fagundes Filho. **Vice-Presidente:** Marco Antonio Antunes da Silva
Diretores:
Arthur Farne d'Amoed Neto, Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Filho, Cristiano Donisete Barbieri, Emil Andery, Laenio Pereira dos Santos, Leila Ribeiro de Azevedo e Gregorio.
Contador: Mauro Reis d'Almeida - CRC RJ 066.620/O-7.
Atuário: Marcos Vinicius Spiguel Coelho Castro - MIBA/MTPS/1.404.

Parecer Atuarial

A Companhia atua exclusivamente nas operações de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT. De acordo com o estabelecido no § 2º do art. 1º do anexo I da Circular SUSEP nº 272/2004 está excluído da obrigatoriedade da avaliação atuarial o ramo de seguro DPVAT.

Marcos Vinicius Spiguel Coelho Castro
Atuário Responsável Técnico MIBA/MTPS/1.404

Rio de Janeiro, 21 de Fevereiro de 2014.

Eduardo Stefanello Dal Ri
Diretor Responsável Técnico

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Sul América Companhia de Seguros Gerais. Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras.** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor,

incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2014.



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carlos Eduardo Munhoz
Contador CRC 1SP138600/O-7